

O CONTROLE QUÍMICO DA CRIANÇA: A INFÂNCIA ENTRE A MEDICALIZAÇÃO E A PALAVRA

Keyssiane Maria de A. Lima
Marcus Kleredis Monteiro Vieira

RESUMO

Este artigo aborda a banalização da medicalização infantil na sociedade e sua aplicação com fins normatizadores sob o enfoque da Psicanálise, como uma forma de anulação do sujeito infantil. A ideia de uma criança que sofre é difícil de ser aceita, pois se criou uma imagem de criança feliz e livre de problemas, uma representação que resulta de uma “invenção do infantil” produzida pela sociedade. A análise histórica do conceito de infância revela que o lugar outorgado à criança no contexto social é produto do “Campo do Grande Outro”. Freud apresenta uma nova criança dotada de sexualidade, perversamente polimórfica. Objetiva-se verificar o lugar da criança em meio à tentativa de normalização, via medicação, e refletir sobre a função que a medicalização da criança vem cumprindo para as instituições da escola e da família. Fez-se uso de revisão bibliográfica, visando buscar na literatura conceitos e ideias a respeito da infância particulares ao tema em estudo. Conclui-se que o problema não é a medicação, pois ela é um recurso eficaz para muitos fins terapêuticos, mas o uso que dela se faz, como mais um instrumento de modelização subjetiva, de formatação de padrões de normalidade.

Palavras-chave: Medicalização. Controle. Criança

ABSTRACT

This article discusses the trivialization of medicalization of childhood in our society and its application to standard-setters from the standpoint of Psychoanalysis purposes, as a way to set aside the childish subject. The idea of a suffering child is hard to accept, because there is an image of the children being happy and free from problems, a representation that results from an “invention of childhood” produced by the society. The historical analysis of the concept of childhood shows us that the place accorded to the child in a social context is a product of “Field of the Great Other”. Freud presents a new child, holder of sexuality, perversely polymorphous. We aimed to verify the place of the child in the midst of trying to standardize via medication, and reflect on the role that the medicalization of children comes to fulfill in the institutions of school and family. For that, it was used bibliographic review, aiming to seek concepts and ideas in the literature about the particular topic being studied childhood. We conclude that the problem is not the medication, because it is an effective remedy for many therapeutic purposes, but the use we make of it, as one more tool for subjective modeling, for formatting standards of normality.

Keywords: Medicalization. Control. Children

1 INTRODUÇÃO

Em uma breve análise histórica pôde-se verificar que ao longo dos últimos 50 anos ocorreram significativas mudanças na história da psiquiatria, dentre elas estão os novos procedimentos diagnósticos propostos a partir da produção do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), bem como os avanços da medicalização como forma majoritária de intervenção terapêutica na atualidade.

A produção de saber sobre o sofrimento psíquico encontra-se associada à produção da indústria farmacêutica de medicamentos que prometem aliviar os sofrimentos existenciais, e no caso da criança, “normalizar” seu comportamento e controlar ou anular suas monções pulsionais. Desse modo, o medicamento vem sendo usado como um dispositivo regulador sobre o normal e o patológico na atualidade. Isso tem alavancado uma crescente medicalização das crianças a partir da lógica diagnóstica do DSM aplicada ao sofrimento psíquico. É indiscutível o valor da medicalização como recurso terapêutico, em alguns casos, no entanto, enfatiza-se como fator negativo, sua banalização e seu aspecto normatizador. Muitos acontecimentos cotidianos, sofrimentos passageiros ou outros comportamentos desviados da norma, são registrados como sintomas próprios de transtornos mentais e, por isso, medicados.

O consumo em larga escala dos medicamentos e o crescimento da indústria farmacêutica tornaram-se elementos indissociáveis do exercício do poder médico apoiado em um saber consolidado ao longo do século XX. Kamers (2013) tem uma visão crítica a respeito da abordagem ao sofrimento psíquico da criança, frequentemente nomeado como um transtorno neurobiológico, que resulta no apagamento do sujeito em seu aspecto psíquico, histórico e social, ocasionando uma transformação do campo da psicopatologia na infância e elevando o discurso biomédico.

Este artigo aborda a banalização da medicalização infantil em nossa sociedade e sua aplicação com fins normatizadores sob o enfoque da Psicanálise, como uma forma de anulação do sujeito infantil, que fica à mercê dos discursos médico, familiar e pedagógico. A partir dessa perspectiva, o medicamento adquire um duplo significado, “dar remédio” e “dar a solução”, uma tentativa de controlar a criança, silenciando o sujeito em prol de uma pretensa normalidade psíquica e ajuste social.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, resultante do interesse despertado nas discussões do Grupo de Estudo e Pesquisa em Psicanálise da Faculdade Católica Rainha do Sertão – Ágora Psicanalítica e no trabalho desenvolvido na brinquedoteca da mesma instituição. O estudo tem a finalidade de verificar o lugar da criança em meio à tentativa de normalização, via medicação, e

refletir sobre a função que a medicalização da criança vem cumprindo para as instituições da escola e da família. O estudo justifica-se pela relevância do tema na atualidade, bem como, pela possibilidade de tecer uma reflexão sobre a não sujeição ao discurso psiquiátrico, libertando as crianças dos destinos previstos nos prognósticos médicos, orientando para uma nova forma de tratamento que considere a subjetividade de uma maneira não normalizante.

Alguns efeitos dos psicofármacos são inegáveis, principalmente na mudança do sistema de cuidados e tratamento da loucura, por isso, esta pesquisa não se propõe a rejeitá-los, mas analisar os discursos sobre os efeitos do medicamento como meio de naturalizar os sofrimentos, ignorando a existência do sujeito em sua singularidade.

2 UMA BREVE HISTÓRIA DA INFÂNCIA

Ao analisarmos o conceito de infância da Idade Média ao Século XX, percebemos que a criança e o lugar que lhe é outorgado na sociedade são produtos do Outro¹ E o imaginário de uma época repercute na realidade das manifestações emocionais.

Na idade média, a criança era vista como um pequeno adulto e desconsiderada como alguém merecedor de cuidados – a estatura é que revelava ser criança. Ela relacionava-se mais com a comunidade do que com os pais e a educação ficava a cargo do grupo social como um todo (ainda hoje em algumas sociedades indígenas é assim), os assuntos sobre sexualidade eram falados na frente das crianças, pois acreditava-se que ela era indiferente à sexualidade, já que o sentimento da infância não existia para o homem medieval.

Se até então a criança não tinha importância social, a partir da renascença (XVII-XVIII), ocorre a privatização do espaço doméstico e a família passa a ser um grupo coeso. Surge o conceito de infância e a criança torna-se o centro do grupo familiar. O apego à infância, por sua vez, se exprime por uma preocupação moral e psicológica, predominando a noção de uma inocência infantil.

Com a ascensão do capitalismo e dos ideais burgueses, os valores individuais ganharam ainda mais importância e a criança tornou-se um investimento lucrativo para o Estado que pode trazer lucros em longo prazo. Essa mudança fez surgir a escola como meio de educação das crianças e a família desenvolveu o sentimento de responsabilidade pela formação da criança. Luengo (2010 apud ARIÈS, 1981, p.11), ressalta que

¹ Termo usado por Jacques Lacan, Seminário 11- Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise (1979, p. 193 -194) “O Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer.” Tem função de construção de sentido para a criança, mediação simbólica, a própria condição de sujeito depende do Outro.

A partir do século XVII começa a existir por parte da família um interesse pelo desenvolvimento físico-emocional dos filhos, começando a tratá-los de maneira mais individualizada. Essa percepção fez surgir uma preocupação em separar o mundo infantil do mundo adulto, fazendo surgir, assim, a necessidade de escolas com o intuito de alfabetizar, para que a humanidade saísse das “trevas da ignorância”. Dessa forma, a escola passou a ser o lugar da infância e a criança deixou de aprender somente na convivência com adultos que lhe eram próximos. Entretanto a escola ainda era vista como uma espécie de quarentena, na qual a criança permanecia isolada antes de ser solta no mundo. Começou, então, um longo processo de enclausuramento das crianças (assim como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até os nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização.

Somente no século XIX e XX, surgiu uma preocupação ainda mais ampla e sistemática com o estudo da criança e a necessidade de uma educação mais formal em que a Pedagogia, Pediatria e as especializações em torno da criança desenvolveram-se rapidamente.

Dentro de uma perspectiva histórica, partimos de um total desconhecimento da criança e que, no decorrer dos séculos, o discurso ideológico sobre a infância ressaltou a representação da criança marcada por uma natureza a ser corrigida pelo adulto, um ser assexuado, sem desejo próprio, imaturo. Essa ideia imperou por muito tempo, somente a partir das teorizações de Freud que tal concepção se modificou, pois ele situou o ser humano desde a sua infância como um ser sexual e pulsional. Para ele o corpo da criança, sendo um corpo atravessado pela pulsão, é um corpo de desejo.

Em 1905, com Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade, Freud desconstruiu lentamente a representação que se tinha até então da criança, atribuindo com a ideia de sexualidade infantil uma nova representação da infância.

3 A INFÂNCIA INVENTADA NA ATUALIDADE

Por muito tempo, o conceito de criança, como o concebemos hoje, ou seja, um ser singular diferente do adulto, foi inexistente. Segundo Ferreira (2000, p. 22), as palavras “infância” e “criança”, só adquiriram o sentido que hoje lhes atribuímos, quando ligadas a uma representação que se inscreveu a partir do individualismo moderno, fruto da revolução industrial.

No decorrer do tempo, a infância foi sendo inventada, tornou-se uma fase importante para o desenvolvimento e, assim, atraiu o interesse de instituições que visaram seu controle, gerenciamento e disciplina. Principalmente no século XX, a criança assume lugar central

na cultura, o discurso que agora impera é socialmente traçado e pautado na vitalidade da infância.

À infância hoje, é atribuído um duplo papel, de um lado, é concebida como uma etapa importante para o desenvolvimento do sujeito, de outro, o poder e a capacidade destinados às crianças não correspondem com suas potencialidades, isso lhes confere condições de lidar com a realidade assemelhando-se ao adulto, tornando desafiante para pais e educadores cumprir sua função assistencialista. Wolff (2014, p. 38) afirma que

Estamos em um tempo histórico de grande visibilidade dada à infância e às crianças, que oscila entre uma imagem que suscita a sua superproteção ao mesmo tempo em que lhes atribui enorme poder. Entretanto, um poder relacionado ao consumo, ao acesso às tecnologias, aos irrestritos prazeres e satisfação imediatos, gerando, em certo âmbito, uma indiferenciação entre a vida infantil e a vida adulta.

Esses valores consumistas e as novas tecnologias trouxeram consequências à criança, pois antes pertenciam somente ao mundo adulto. Os inúmeros saberes construídos sobre a criança, na modernidade, levaram-na a ser o centro da sociedade, todavia, ela foi cessada enquanto sujeito e tolhido dela o social.

Na cultura em que estamos imersos, deparamo-nos com um paradoxo relacionado à vida da criança, que tece uma diferença entre o mundo infantil e o mundo adulto. Reconhecemos que o infante tem um pensamento próprio, que apresenta diferenças físicas e, por isso, o superprotegemos, preservando de frustrações (como se a criança não fosse capaz de viver com a falta) e sustentando um ideal de infância feliz. Também temos uma criança tratada como “adulto em miniatura”, que negocia posições e decisões circunscritas ao mundo adulto, que assume um rol de atividades para adquirir oportunidades de sucesso para o futuro, que se envolve em atividades restritas aos adultos.

Para a Psicanálise, a infância é concebida de forma distinta da sociologia e dos discursos biologizantes. Ela sustenta que o marco de diferença entre adultos e crianças se refere a um tempo, pois o infantil é o que permanece no sujeito, independente de sua idade. Diferenciando a criança do adulto, entre outros fatores, Freud (1932) afirma que “uma criança é um objeto psicologicamente diferente de um adulto”, uma vez que “não possui supereu”.

Estamos novamente reduzindo o tempo da infância e usurpando da criança o seu lugar, semelhante à época medieval, embora com algumas diferenças. A criança do século XXI dispõe de todo um aparato tecnológico, está imersa no excesso de informações e objetos de consumo, mas parecem estar mais solitárias e desoladas. Para Ferreira e Andrade (2014, p.41)

Muitos pais tentam tamponar a condição faltante da criança dando-lhes objetos, como se as frustrações e afetos fossem pedidos a esmos de esmolos. Essa cultural leitura de que presentear resolve é um deslocamento inconsciente, pois não é de presente que a criança necessita, mas sim, da presença.

Todo esse excesso tem tirado o lugar da infância e tem vestido a criança de adulto novamente. Ainda citando Ferreira e Andrade (2014 apud OTONI, 2013) o mundo em que o gozo está em primeiro plano é um mundo com dificuldade de encontrar seus limites. Haja vista os sintomas atuais, cuja força pulsional perturba o laço social.

4 A INFÂNCIA ENTRE A MEDICALIZAÇÃO E A PALAVRA

O termo medicalização refere-se ao processo de transformar questões não médicas, em questões médicas, ou seja, encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas de outras ordens. A medicalização ocorre segundo uma concepção de ciência médica que discute o processo saúde-doença como centrado no indivíduo, privilegiando a abordagem biológica, organicista.

O ato de patologizar atinge o indivíduo que se apresenta fora dos padrões considerados normais. Essa ideia tem influenciado pais e educadores a instituir uma concepção de criança baseado num modelo predeterminado socialmente, gerando, assim, a dicotomia normal-patológico. Luengo (2010, apud COLLARES; MOYSÉS, 1996, p.75) afirma que.

A normatização da vida cotidiana tem por corolário a transformação dos “problemas da vida” em doenças, em distúrbios. Surgem, então, “os distúrbios de comportamento”, “os distúrbios de aprendizagem” [...]. O que escapa às normas, o que não vai bem, o que não funciona como deveria [...] tudo é transformado em doença, em problema biológico, individual.

A infância inventada na atualidade gerou novas questões sobre a criança como o número próspero de diagnósticos em torno dos comportamentos considerados desadaptados; o elevado índice de crianças tratadas com medicamentos; a erotização aparente nas músicas e no vestuário infantil e o crescente poder de consumo atribuído à criança fez emergir elevadas demandas oriundas da escola, bem como, diagnósticos de crianças apáticas, violentas, hiperativas, etc. Todos os dias surgem novas patologias para as quais se busca uma solução medicamentosa.

Luengo (2010, apud FOUCAULT, 1996, p.75) contribui afirmando

A invenção da infância implica a produção de saberes e “verdades” que têm a finalidade de descrever a criança, classificá-la, compará-la, diferenciá-la, hierarquizá-la, excluí-la, homogeneizá-la, segundo novas regras ou normas disciplinares. Impõe sobre a infância uma ordem normativa [...].

Embora Freud (1930) tenha reconhecido o mal-estar na cultura, ele não acreditava que qualquer medida exterior, pedagógica ou clínica, pudesse normatizar, aperfeiçoar o “humano no homem”, ele percebe que os ideais sociais consomem o sujeito fiel ao seu desejo. Assim, a ideia de uma “natureza infantil” passível de ser moldada é desconstruída por Freud.

A criança na atualidade é chamada a responder ao ideal que vem do Outro, a escola, a família, a sociedade. Quando ela se opõe ao desejo do Outro, ou seja, recusa-se a responder a esse ideal, surgem “as falhas” que levam os pais aos consultórios, conduzidos pelo mal-estar dessa resposta da criança, a apresentarem a demanda. No entanto, essas “falhas” apenas estariam mantendo a criança na sua condição subjetiva. Ir em busca de um diagnóstico, é também para muitos pais, um meio de resgatar ou encontrar a subjetividade, já que esses, também possuem efeito subjetivantes, pois os sujeitos tendem a identificar-se com eles, vendo-se egoicamente a partir deles.

Essa postura “inadequada” da criança, manifestada nos problemas de aprendizagem, em problemas de “desadaptação”, ou ligados ao comportamento, é remediada, na tentativa de normatizar, asujeitando a criança ao desejo do Outro e aniquilando sua singularidade. Como nos aponta Ferreira e Andrade (2014, p. 38-39)

Na contemporânea civilização de acesso ao gozo e intolerância ao Outro, tolhem-se as crianças com medicamentos, impondo-lhes silêncio, trancafiando-as em si, não nomeando-as anulando o epistemofílico da pulsão, dentre outros atos, palavras e omissões. O que se tolhe ainda é o sexual. O social é linguagem e é por conseguinte, sexualidade.

Quando o adulto remedia a criança, para controlar as amarras contidas do próprio desenvolvimento infantil, ele próprio é aquietado em seu mal-estar. O uso banalizado da medicalização das crianças na sociedade atual pode ser interpretado como apelo ao silêncio dos conflitos, negando-os como inerentes à subjetividade e ao encontro humano, bem como, uma “desimplificação” dos pais e escola do mal-estar oriundo da infância.

A função modeladora também é atribuída à escola, por conceber que há uma adaptabilidade na natureza infantil. Sob influência higienista, por força do capitalismo e da industrialização, a escola tornou-se uma instituição de produção e regulação social, criou -se a necessidade de recorrer aos psicofármacos no

tratamento das dificuldades de aprendizagem e condutas de comportamento.

O medicamento destituído à criança de maneira desenfreada é o limite para a criança deixando-a entre a química e as palavras ausentes, não ditas pelo grande Outro. Infância fica dopada e a criança deixa de ser corresponsável pelo seu desenvolvimento, anulando-se pela medicação.

A promessa de solução dos problemas é rapidamente aceita pelos pais para ajustar o comportamento dos filhos aos padrões. Todavia, esquece-se de orientar-se se há, de fato, o que ser medicado.

5 TDAH – A INFÂNCIA CONTROLADA

Atualmente, vários distúrbios resultam dos diagnósticos feitos em crianças, no entanto, a maior incidência está relacionada ao Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) tendo destaque em relação aos transtornos a que mais são prescritos medicamentos. Como define Luengo (2010, p. 69):

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) pelo DSM-IV, ou Transtornos Hipercinéticos pelo CID-10 é considerado pelos especialistas um transtorno mental crônico, ou seja, se manifesta e evolui ao longo da vida, sendo multifatorial, ou seja, são vários fatores envolvidos na gênese do TDAH; como para os neurologistas o fator genético é determinante, isso pode acarretar uma visão organicista e biologizante da criança.

Visto pelo social, o hiperativo é aquela criança muito ativa, curiosa, questionadora e esperta. Na escola, o TDAH surge para justificar o fracasso na aprendizagem e os comportamentos não desejados. Os pais, sob influência da escola recorrem à ajuda médica, com o propósito de sanar “os comportamentos anormais”, nesse contexto a medicação surge como principal e, às vezes, o único meio para solucionar o problema. O fator preocupante é o alvo desse diagnóstico, pois as crianças têm sido diagnosticadas com TDAH, cada vez mais cedo, e medicadas com Metilfenidato, Ritalina. De acordo com o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) da Anvisa, o consumo deste medicamento no Brasil entre 2009 e 2011 atingiu elevados índices passando de 557,588 caixas para 1,2 milhão, destinadas a consumidores entre 6 e 16 anos.

Vivemos numa sociedade “hiperativa”, desde cedo as crianças têm uma rotina diária de intensas atividades, a sociedade mudou e as crianças também mudaram. Os adultos, ao longo do dia, desdobram-se igualmente, numa rotina atarefada, que muitas vezes não dispõe de tempo para os filhos. Desse modo, a formação subjetiva da criança se constitui no individualismo, em que impeçam a produtividade e o consumismo.

Essa sociedade de desejo capitalista, que busca uma forma de existir, centrada no individualismo e no distanciamento das pessoas, de relações frágeis é nomeada por Bauman (2004) como “líquida”. Por consequência, temos uma sociedade passível de dominação. Diante disso esquece-se do “eu”, submerso na ansiedade e no aceleração da vida moderna. Na visão de Ferreira e Andrade (2014, p. 43)

Tratados como adultos. Adultos pequenos que tomam Ritalina, medicamento excessivamente usado em casos de hiperatividade infantil. A droga da obediência. Adormecemos nossas crianças e só as deixaremos acordar quando virarem adultos.

É necessário distinguir “o hiperativo” do TDAH, para que a criança não seja anulada nos riscos da medicação. Os pais precisam se responsabilizar por suas crianças, educá-las e ouvi-las, pois os grandes Outros da criança, os educadores e os pais, estão sendo substituídos pelos medicamentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que tenha ficado suficientemente claro que as reflexões aqui trazidas não pretendem se opor ao uso da medicação, nem, por outro lado, negam sua eficácia e necessidade. Ao invés disso, enfatizamos o medicamento na banalização do diagnóstico, que acarreta seu uso. O problema não nos parece ser, portanto, a eficácia das medicações, mas o uso que delas fazemos, muitas vezes, como mais um instrumento de modelização subjetiva, de formatação de padrões de normalidade; são as tentativas de nos utilizarmos das medicações para constituirmos um sujeito sem conflitos, sem angústias, sem limitações.

O que apontamos foram as contradições, os custos e a constante tendência a tentarmos solucionar todos os paradoxos da existência humana, tendo como projeto um sujeito plenamente realizado e livre de um mal-estar. Embora não possamos negar os grandes avanços que as substâncias químicas têm trazido, cumpre-nos alertar para a necessidade de as utilizarmos como um instrumento sério, que, ao invés de aprisionamentos, produza espaços de liberdade e singularização.

A fragilidade da criança frente ao mundo adulto e paradoxalmente, sua ansiedade, curiosidade, agressividade, inquietação, remetem diretamente a nossa posição infantil, às relações ao Outro. A medicação não pode ser um meio para calar a subjetividade da criança, o seu “criançar-se”.

REFERÊNCIAS

ANVISA. **Relatório de 2009**. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/sngpc/relatorio_2009.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FERREIRA, T. **A escrita da clínica**: Psicanálise com crianças. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FERREIRA, Marina Aparecida; ANDRADE, Eduardo Lucas. Criança, Laço Social e algo a mais. **Psiquê Ciência e Vida**, São Paulo, v. 7, n. 97, p. 38- 44, janeiro. 2014

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: E.S.B. das Obras Completas de Sigmund Freud. **Um caso de histeria, Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.p.119-231.v.VII.

_____. **O mal-estar na civilização**. In: E.S.B. das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. 1996.p.73-151v.XXI.

_____. Novas conferências introdutórias sobre a Psicanálise. In: E.S.B. das Obras Completas de Sigmund Freud. **Novas conferências introdutórias sobre a Psicanálise e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago. 1996.p.13-189.v.XXII.

KAMERS, Michele. A fabricação da loucura na infância: psiquiatrização e medicalização da criança. **Estilos da clínica**., São Paulo, v. 18, n. 1,p.153-165, jan./abr. 2013.

LUENGO, F. C. **A vigilância punitiva** a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica,2010

WOLFF, Danielle Cristina. Desconstrução da infância. **Psiquê Ciência e Vida**, São Paulo, v. 8, n. 99, p. 38- 43, mar. 2014

SOBRE OS AUTORES

Keyssiane Maria de Alencar Lima

Graduada em Letras Português (FECLESC – UECE) e estudante do 3º semestre de Psicologia da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS.

Contato: *keyssianeale@hotmail.com*

Marcus Kleredis Monteiro Vieira

É psicanalista, mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, coordenador do Ágora Psicanalítica: Grupo de Estudo e Pesquisa da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS e desenvolve este artigo como professor orientador.

Contato: *fcrs1211@fcrs.edu.br*